

## **ESCOLA NORMAL DA FEIRA DE SANTANA – GRATUIDADE DE ENSINO DAS NORMALISTAS – 1927 A 1954.**

**Camila da Silva Almeida<sup>1</sup>; Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ione Celeste Jesus de Sousa<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Bolsista PROBIC/UEFS, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [camilaalmeidatst@hotmail.com](mailto:camilaalmeidatst@hotmail.com)

<sup>2</sup>Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [ionecjs@gmail.com](mailto:ionecjs@gmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Normal, Gratuidade, Caixa Escolar

### **INTRODUÇÃO**

As Escolas Normais vêm ao longo dos anos sendo objeto de estudo de pesquisadores interessados em entender como surgiram e disseminaram esta forma de escolarização no Brasil. Referentes às pesquisas historiográficas sobre estas instituições de ensino, no campo da História, existe hoje uma consolidada historiografia de História e/da Educação. Há um acervo de obras envolvendo e fazendo interfaces com a História Social e a História Cultural. Por exemplo, o de Fonseca(2003) buscando discutir os sujeitos da educação, suas experiências, suas práticas, suas representações culturais, assim como os trabalhos de Faria Filho, e Villela.

A criação das Escolas Normais no Brasil ocorreu em 1835, logo após o Ato Adicional de 1834 que concedeu autonomia administrativa às províncias. A *formação de professores* surgiu no período regencial como um dos instrumentos implantadores da nova ordem social, Construção de uma Nação Brasileira, soberana e progressista.

Villela (1992) em obra inaugural estudou a Escola Normal da Corte, em Niterói, primeira a ser implantada em 1835, e apontou as críticas da sociedade referente às deficiências do ensino público, principalmente o ensino primário e seu alto índice de evasão escolar como também o despreparo dos professores. A segunda a ser inaugurada foi a da província da Bahia, na sua capital Salvador, em 1836. Contudo, segundo Nunes (2008) só começou a funcionar em 1842 por questões políticas, entre elas a Sabinada de 1837. Esta Escola Normal enviou dois professores à França para aprender o *methodo mútuo*, então o indicado como moderno e eficiente, e o qual deveriam ao retornar implantar nesta instituição e ensinar aos *alunos-mestres*.

Especificamente quanto a Escola Normal de Feira de Santana (ENFSA), Sousa e Cruz estudaram diferentes aspectos e períodos do ensino e das experiências dos sujeitos desta instituição, nas suas dissertações de mestrado. Sousa (1999) ao abordar o cotidiano da Escola Normal, e a constituição do “Ser Normalista” enquanto sujeito histórico, o modo de formação de professoras, buscou apreender o “fazer-se normalista” nas relações de gênero, no período de modernização urbana da cidade, entre 1927 e 1945. Tratando da acessibilidade, como todo ensino da época, mesmo público, as diversas taxas eram pagas, dificultando o acesso das camadas subalternas ao ensino normal. O que nos chama a atenção é a presença de alunas gratuitas nesta instituição, o que indica a dificuldade dos pobres a terem acesso a este curso.

Cruz (2004), ao traçar as condições sócio- históricas da educação na década de 1920, desde a criação da Escola Normal de Feira de Santana, passando por um levantamento histórico da cidade e a importância da Escola Normal para a cidade de Feira de Santana, mostrou que era de interesse do governo que a educação das crianças fossem voltadas para servir a nação brasileira emergente. Este interesse continuou sendo o carro chefe das

propostas dos governantes que sempre apontavam para o papel da Escola Normal na Educação do Sertão, mostrando a importância e prestígio da escola na sociedade. O ideário que permeava a sociedade brasileira nos anos 1930 era da formação de uma elite intelectual, PALMA FILHO (2005) afirma que o que identificava o ensino elitista não era somente a formação curricular enciclopédico, que favoreceria os alunos das classes abastadas, mas também o sistema de avaliação dos estudos.

Cruz (2004) autor traz dados relevantes sobre o ano de 1920, onde a cidade ainda era eminentemente rural e em 1940, quando Feira conquista o quinto lugar entre os municípios mais populosos da Bahia. Muito das informações partiam de relatos de memórias de ex-alunas e professoras da Escola Normal, falando sobre os aspectos físicos, culturais e comerciais da cidade sempre de forma positiva.

Caminhando neste campo temático, o problema de pesquisa aqui presente, é discutir a gratuidade escolar e seus instrumentos- Caixa Escolar, subvenção de Taxas escolares, doação de uniformes, livros e materiais escolares, subvenções em instituições privadas, etc - enquanto práticas de uma *Cultura Escolar* que visava possibilitar a sujeitos oriundos das camadas subalternizadas da sociedade o acesso à Instrução, e bastante difundido na escolarização brasileira nos anos de 1920 a 1940.

A delimitação temporal vai desde a inauguração da ENFSA em 1927 até o ano de 1954, data do falecimento do ex-diretor Gastão Guimarães, um dos artífices desta prática continuada, junto com o vice-diretor, Prof<sup>o</sup> Padre Mario Pessoa da Silva. O objetivo é levantar as normalistas a quem foram concedidos os pedidos de gratuidade, as concessões de artigos contemplados na Caixa Escolar, os subsídios em forma de bolsas educacionais, buscando suas articulações com as redes de relações pessoais/patronais e políticas de Feira de Santana e sua região.

## **MATERIAL, MÉTODOS OU METODOLOGIA**

A pesquisa foi efetuada com as atividades continuadas de prospecção e levantamento de registros empíricos sobre a Escola Normal de Feira de Santana, tendo como base a documentação existente no atual Instituto de Educação Gastão Guimarães. As fontes também são pesquisadas em bases *online* sobre a Educação baiana, como os sites institucionais do Inep e do Center of Research Libraries (Biblioteca de Chicago). Além destes, conto com a base de dados da Coordenadora do projeto base de pesquisa, resultante de sua pesquisa de mestrado sobre a mesma Escola Normal da Feira de Santana, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ione Sousa.

A proposta de instalação de Caixas Escolares não era uma novidade. Na revisão bibliográfica, sobre a historiografia da educação baiana, esta expandiu as possibilidades de pesquisa documental, ao indicar propostas e existência de *Caixas Escolares* e da *Gratuidade Escolar* em períodos anteriores. Percebi a possibilidade de recuar um pouco o período pesquisado ao meado do século XIX, para fazer um levantamento histórico referente às práticas de Gratuidade e Caixa Escolar, no processo de reformas e inclusão das camadas subalternas ao Ensino baiano, tanto Normal quanto primário, desde o século XIX.

Assim, analiso os relatórios dos presidentes da Província da Bahia de 1856, 1862 e 1870 em busca das condições de gratuidade na *instrução baiana* no século XIX. Também analiso o relatório de Anísio Teixeira, de 1928, juntamente com a Lei 1846 de 1925, e a partir deles discuto o cenário da Instrução Pública na Bahia no início do século XX. Destas fontes posso argumentar que existia um padrão nos pedidos de gratuidade enviados às instituições, e que os proponentes deveriam declarar-se *nimiamente pobres* para fazer jus à concessão dos benefícios. Voltarei a esta questão ao apresentar registros de deferimento de gratuidade na Escola Normal de Feira de Santana a moças e rapazes das camadas médias feirenses, como parte de alianças políticas. Além destas fontes, analiso os pedidos de gratuidade, os atestados

de pobreza, as listas de alunos e alunas registradas como gratuitas, encontradas nos livros de burocracia escolar da Escola Normal, como livro de portaria, caixa escolar, correspondência, no arquivo do Instituto Educacional Gastão Guimarães (IEGG).

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Nesta pesquisa apresento os resultados a partir das análises de fontes como os relatórios de antigos diretores gerais de Instrução Pública, entre 1856 e 1888; o relatório de 1928, do então diretor geral da Instrução Pública, Anísio Teixeira, referente aos anos de 1924-1928; e as leis do ensino da época, como o regulamento de 1925. Especificamente sobre esta prática de gratuidade na ENFSA, encontrei nos livros de correspondência da Escola Normal Rural de Feira de Santana, alguns registros dos anos 1935 a 1944, na qual analiso 04 fontes referentes a petições de gratuidade; 02 regulamentações de concessões de gratuidade de ensino; 02 portarias para distribuição de material para as escolas e alunos pobres; lista com o total de alunos matriculados e divididos por sexo entre os anos de 1935 e 1938; lista dos resultados das médias e dos exames de admissão; lista dos resultados de exames de suficiência, desempenho, aprovação e reprovação por ordem de desempenho; lista de alunos gratuitos separados por curso e por sexo, assim como, o total de matrículas nos anos 1940, 1941 e 1942 e os alunos transferidos.

Observei que destes números apresentados os pedidos de gratuidade caracterizam cerca de 8% do total das matrículas no ano de 1940 e 5% do total de matrículas em 1941. Cujo predomínio feminino fica bastante perceptível quando analisamos os dados: em 1940 das 36 gratuidades concedidas, somente 1 era masculino, o que se repete em 1941, dos 25 matriculados, apenas 1 era masculino. Em 1942, todas as 17 matrículas gratuitas são do público feminino.

Ao continuar analisando alguns livros de correspondências entre os anos de 1927-1938, encontrei 5 pedidos de gratuidade, 3 registros referentes a valores da taxa e isenção, 2 pedidos de transferência, 2 registros de sobra de vagas gratuitas, 1 solicitação para preenchimento de vaga gratuita, 2 registros de exames por nomes, 6 registros de matrículas por sexo e curso, 10 registros dos gratuitos listados por nome, 3 registros de turmas formandos, 2 registros de alunos aptos a ex officio. Assim como 1 registro no livro de matrículas de 1929 especificando que o aluno era beneficiado pela isenção de pagamento de taxa de matrícula, cuja a cota do governo de acordo com o a Lei 1846 de 14 de agosto de 1925.

Um indício que chamou a atenção na análise das fontes foi em algumas destas listagens de gratuitos constarem sobrenomes reconhecidos como “famílias da elite”. Seria uma forma de burlar a legislação que concedia tais bolsas gratuitas como subsídios às famílias pobres? É possível problematizar se estas relações se fundavam em trocas de favores e acordos políticos? Esta discussão se apresentará em diálogo com a monografia de graduação de Rafael Lins, que trata dos partidos políticos feirenses no período.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto esta pesquisa aponta questões relevantes sobre o processo da escolarização nos séculos XIX e XX, o que nos remete a questões sociais, políticas, econômicas e educacionais deste período, podendo levar a uma análise posterior em como este processo tem seus reflexos nos dias atuais.

Apesar de ser uma pesquisa inicial e de caráter contínuo, os indícios apresentados mostram relevantes os resultados para o prosseguimento do projeto e ainda como um trabalho complementar para os pesquisadores que já trabalham com o tema da História da Educação,

mas que viam como uma barreira a questão por mim trabalhada, pois, a gratuidade e caixa escolar pouco foi discutida e desconheço trabalhos que os tenham tido como problema central. Os dados aqui apresentados permitem a continuidade do trabalho na compreensão da prática da Gratuidade, e da Caixa Escolar como um dos seus instrumentos, na Escola Normal de Feira de Santana, e conseqüentemente, como as normalistas obtiveram a concessão da gratuidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

- COSTA E SILVA, M.C.B. da. 1997. O ensino primário na Bahia. Tese de Doutorado em Educação. SSA; FAGED.
- CRUZ, A.R.S. da. 2004. Mestres e mestras para o Sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. FSA: Sitientibus, no 31, jul/ dez, pp.143-168.
- FARIA, L.M. de. 1998. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: Modos de ler, formas de escrever: estudos de historia da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, pp. 29-46.
- FONSECA, T.N.L. 2003 [online]. História Cultural e História da Educação: diversidade e entrecruzamento de fontes. Homepage: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/262.pdf>
- GONDRA, José (org). 2002. Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República. Bragança Paulista/SP:EDUFS.
- Lei n. 1846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a Instrução Publica do Estado.
- NUNES, A.D'A. 2003. Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado em Educação. SSA: FAGED.
- NUNES, A.D'A. 2004. A formação dos sistemas públicos de educação no séc.XIX e sua efetivação na província da Bahia. SSA:RIGHBa, v 99, p 75-113.
- NUNES, A.D'A. 2008. Fundamentos e políticas educacionais: História, memória e trajetória da educação na Bahia. Publ. UEPG CI.Hum. CI Soc. Apl. Ling.. Letras e Artes, Ponta Grossa, 16(2): 209-224
- PALMA FILHO, J.C. 2005. (org.) A educação brasileira no periodo de 1930 a 1960: A Era Vargas. In: *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de formação, História da Educação. 3.ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP-Santa Clara Editora, pp.61-74.
- SOUSA, I.C.J. de.1999. Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana. Dissertação de Mestrado em História Social. PEPGHS/PUC-SP
- VILLELA, H. 1992. A primeira Escola Normal do Brasil. In O Passado sempre presente. São Paulo: Cortez, (questões da nossa época; v.4) pp.17-42.